



III Congresso Internacional do OBSERVARE
17-18-19 de Maio 2017 | Fundação Gulbenkian

BEYOND BORDERS
People, spaces, ideas

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS
Pessoas, espaços, ideias

GEOECONOMIA EM ZONAS DE FRONTEIRA: O CASO DO DELTA DO RIO DAS PÉROLAS NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

LEONEL MIRANDA¹

I. Introdução

Após séculos de glória e de declínio e depois de quase três décadas de experiências políticas e sociais, dolorosas e falhadas, a República Popular da China (RPC) iniciou em 1978 um processo de reformas que recuperou a auto-estima da nação chinesa e projectou o País para o restrito clube das grandes potências mundiais.

Vitoriosa nas disputas militares com os nacionalistas de Chiang Kai-Shek (líder do Kuomintang), a RPC alcançou uma enorme vitória política quando em 25 de Outubro de 1971 a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu expulsar a República da China (Taiwan) de membro da Organização com assento permanente no Conselho de Segurança, admitindo para o seu lugar a RPC de Mao Tsé-Tung. Liberta de complexos isolacionistas, a RPC veio depois a ser admitida como membro da Organização Mundial de Comércio em 2001 e, em 2005, o Presidente Chinês, Hu Jintao, anuncia na Assembleia das Nações Unidas a adesão da China ao multilateralismo. A RPC integrava-se assim na comunidade internacional.

Este percurso de afirmação externa foi alavancado nas reformas políticas, económicas e sociais realizadas internamente e que, apoiadas numa primeira fase pelo capitalismo da diáspora e depois pelas multinacionais japonesas, coreanas, americanas e europeias, elevaram a RPC a segunda potência económica mundial e ao estatuto de ator incontornável da Política Internacional.

Como parte do processo de reformas as autoridades de Pequim ensaiaram o sistema de produção capitalista nas chamadas Zonas Económicas Especiais (Zhuhai, Shenzhen e Shantou na Província de Guangdong, e Xiamen na Província de Fujian), atribuindo ao mesmo tempo privilégios especiais em matéria de investimento estrangeiro, de comércio internacional e de política fiscal àquelas duas províncias e também às municipalidades de Pequim, Tianjin e Shanghai. Estavam assim desenhadas as áreas onde mais tarde viriam a configurar-se e a consolidar-se as três principais zonas de desenvol-

¹ Macro Euro China Entrepreneurs Club (MECEC). Observare. leonelmiranda99@gmail.com



vimento do País: i) o Delta do Rio Yantze² ii) o Bohai³ e iii) o Delta do Rio das Pérolas⁴ na Província de Guangdong, que constitui o espaço da nossa comunicação.

2. Os valores sociais e familiares

Derrotados os nacionalistas de Chiang Kai-Shek e com estes refugiados na ilha de Taiwan, o regime comunista instalado em Pequim empenha-se em mostrar a sua animosidade para com o capitalismo ocidental, de que a província de Guangdong foi vítima, pois aos olhos das autoridades comunistas tinha com aquelas relações privilegiadas, nomeadamente através de Hong Kong.

Suspeitos de desvios ideológicos, os responsáveis da administração da província foram substituídos por quadros vindos de outras regiões e da confiança do poder comunista, o que se refletiu negativamente na vida económica e social das populações, sobretudo as que habitavam localidades próximas de Hong Kong e Macau.

Ultrapassados os excessos revolucionários do maoísmo e vencidos os saudosos desse período, Deng Xiaoping devolve à província de Guangdong as condições políticas e económicas que com o processo de reformas a transformaram na mais próspera da China.

Para este sucesso, muito contribuíram as características próprias do povo chinês que, com uma cultura coerente e sólida de mais de quatro mil anos, preserva os valores confucionistas da família, da bondade, da justiça, da lealdade, da solidariedade e da harmonia, fazendo destes o arquetipo da sua vida social que depois é transferida para a vida profissional.

As redes familiares, mas também as de afinidade, como apelido, naturalidade, profissão e outras, são a base da solidariedade e amizade, cuja expressão comum é o *Guanxi*.

A tradicional humilhação expressa *na perda de face*, não é mais do que a tradução do insucesso verificado em qualquer acto pessoal ou colectivo, nomeadamente na vida profissional. Daí, ser o sucesso o objectivo de qualquer chinês, o que representa um importante contributo para a criação de riqueza.

A par de Confúcio, embora mais numa perspectiva de estratégia e de combate, surge outro mito do pensamento chinês, Sun Tzu, que dizia ser necessário conhecer muito bem a terra e os homens para se alcançar a vitória. Ora, são a terra e os homens os elementos centrais da Geoeconomia, pois ambos são fundamentais à aquisição e conservação do poder

3. Geoeconomia em zonas de fronteira

A geoeconomia, como aliás a geopolítica, é um instrumento de aquisição e conservação do poder, o qual no dizer de Pascal Lorot (2009:9), se exerce hoje de uma maneira mais doce do que no passado anterior à guerra fria, sem recurso à coerção, aproximando-se assim do que Joseph S. Nye qualificou de soft power. Na mesma linha de pensamento, Richard Youngs (2011:14), considera que embora o poder geoeconómico possa significar coisas diferentes para diferentes atores, a geoeconomia denota o uso da diplomacia para fins económicos. A um nível mais micro e num contexto sub-nacional, como o representado pela região do Delta do Rio das Pérolas (DRP), podemos dizer que a paradiplomacia⁵ assume a mesma matriz de objetivos.

² Ainda que na China estas geometrias sejam dinâmicas e variáveis, esta região abrange o município de Shanghai e parte das províncias de Jiangsu, Zhejiang e Anhui.

³ Abrange os municípios de Pequim, e Tianjing, além de parte das províncias de Hebei, Shanxi, Liaoning e Shandong, bem como uma parte da Região Autónoma da Mongólia Interior.

⁴ Abrange uma parte da província de Guangdong, constituída pelas cidades de Guangzhou, Shenzhen, Zhuhai, Foshan, Huizhou, Dongguan, Zhongshan, Jiangmen and Zhaoqing. Quando a estas se adicionam as jurisdições das Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong, fala-se então do **Grande Delta do Rio das Pérolas**.

⁵ Sobre a paradiplomacia, ver Miguel Santos Neves-Paradiplomacia, Regiões do Conhecimento e a consolidação do "Soft Power". JANUS.NET e-journal of International Relations, N.º 1, Outono 2010. Consultado [online] em 2017/03/23. Disponível em: observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_artr2.



Esta mutação no processo de aquisição de poder por meios não coercivos, tinha já sido exposta por Edward Luttwak quando em 1999 escreveu o artigo “From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce”, onde a lógica militar da confrontação e a nomenclatura do comércio acabam por associar-se na aquisição de poder por via geoeconómica. Para exemplificar com duas situações opostas, é o que acontece quando são aplicadas sanções comerciais a um determinado país, ou quando no âmbito de mecanismos de cooperação são alcançados acordos de vantagens mútuas entre diferentes atores.

A geoeconomia ocupa-se assim da configuração do poder económico e é um meio para a aquisição do poder político

É nesta lógica de aquisição de poder que, através da cooperação e enquanto instrumento de uma estratégia nacional, a geoeconomia desempenha um papel central nas zonas de fronteira, entendida esta como a linha que separa Jurisdições nacionais diferentes.

No caso do DRP, a alocação de elevados recursos financeiros e políticos por parte do poder central da RPC inseriu-se numa estratégia geoeconómica que visava objectivos geopolíticos (entre outros), consubstanciados na transferência *suave e harmoniosa* do exercício da soberania em Hong Kong e Macau, o que aconteceu em 1997 e 1999 respetivamente, e colocou sob jurisdição de Pequim todo o espaço do DRP.

Alcançado este objectivo e determinadas a projectar, sobretudo na região do Sudeste Asiático e em Taiwan, uma imagem de mudança do velho e caduco sistema comunista para um moderno sistema *de economia socialista de mercado*, de que eram exemplos os regimes jurídico-políticos atribuídos a Hong Kong e Macau, as autoridades chinesas em associação com o capitalismo financeiro de Hong Kong e de Macau promoveram a integração acelerada das economias da região e a cooperação intra-regional, criando assim a macro região do Grande Delta do Rio das Pérolas (GDRP).

A inovação trazida à região pelo tecido empresarial multinacional de Hong Kong e pelo cosmopolitismo da ex-colónia Britânica, impregnado de abundante capital humano e científico, transformaram as indústrias de baixo valor acrescentado e baixos salários, que eram a matriz da economia local, num cluster de indústrias e serviços de elevada tecnologia e elevado valor acrescentado, criando assim um espaço económico diferenciador, a que já se chama Silicon Delta.

Ocupando uma área de 56 mil Km₂ na zona costeira da Província de Guangdong, o GDRP é formado por nove cidades⁶ e duas Regiões Administrativas Especiais – Macau e Hong Kong. Servida por cinco aeroportos internacionais, portos, caminhos de ferro e outras redes de transporte, esta malha urbana com características metropolitanas tem uma população de aproximadamente 66 milhões de pessoas e exporta cerca de 25% do total das exportações chinesas.

O carácter urbano de toda esta região ficará mais acentuado quando ficar concluída aquela que será a maior ponte do mundo e ligará Hong Kong a Zhuhai e Macau, numa extensão de cerca de 40Km.

Toda esta complementaridade, entre as diferentes jurisdições do GDRP, aparece acentuada no papel desempenhado por Hong Kong na internacionalização da moeda chinesa (o renminbi), e na capacidade de Shenzhen para atrair empresas tecnológicas, como as multinacionais chinesas Huawei e Tencent, ou as americanas Apple, IBM e outras que aqui têm fábricas próprias e centros de investigação.

Num mundo, que quase todos dizem globalizado e alguns profetizam mesmo o fim do Estado Nação, se aplicado aqui o pensamento de Kenichi Ohmae (1995) e de alguma forma também o de Manuel Castells (1997), no que se refere à perda de importância das fronteiras nacionais e à irrelevância dos Estados Nação face à proeminência de certas regiões no interior destes, bem poderíamos dizer que o GDRP é uma Região Estado.

Consolidada assim a experiência capitalista no interior do *sistema de economia socialista de mercado*, as autoridades chinesas decidiram em Junho de 2004 criar um novo sistema de cooperação interprovincial, denominado Pan-Pearl River Delta (PPRD), do qual beneficiaram nove províncias contíguas à de Guangdong e a área associada “ao ícone” Delta do Rio das Pérolas foi ampliada de mais dois milhões de Km₂. Ainda em 2004, as autoridades chinesas assinaram um importante Acordo de Comércio

⁶ Guangzhou, Shenzhen, Zhuhai, Foshan, Huizhou, Dongguan, Zhongshan, Jiangmen e Zhaoqing.



Livre com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o qual entrou em vigor em Janeiro de 2010 e reforçou ainda mais a interdependência entre as economias da RPC e do Sudeste Asiático. A dispersão da influência política da província de Guangdong, que tinha já sido feita para o exterior do continente chinês em direcção a Taiwan e aos países do Sudeste Asiático, captando importantes volumes de investimento e promovendo intensas trocas comerciais, foi depois alargada com o PPRD ao interior do País, nomeadamente às províncias de Guangxi e Yunnan, geograficamente localizadas na região do mar do sul da China e do Sudeste Asiático, onde a RPC tem elevados interesses geoestratégicos e a diáspora chinesa constitui uma importante comunidade de negócios.

Esta presença da RPC e particularmente da Província de Guangdong, na região do mar do sul da China e no Sudeste Asiático tem sido uma constante da história (apenas enfraquecida durante o período colonial), mas acentuou-se com a fuga de milhares de refugiados após a queda da Dinastia Qing e a implantação da República em 1911. Com a vitória comunista em 1949 verifica-se uma nova vaga de refugiados que vai reforçar a construção do *Bambo Network*, isto é a rede de chineses ultramarinos (*overseas chineses*), que acumulando poder económico e financeiro viriam a ser decisivos no triunfo do processo de reformas de Deng Xiaoping e sobretudo no sucesso da industrialização e modernização do DRP.

As orientações geopolíticas e as prioridades geoeconómicas das autoridades chinesas ao longo do século XX e neste início do século XXI estão muito centradas na região do Sudeste Asiático o que, segundo Cohen⁷, não terá sido sempre assim, pois “ao longo dos seus mais de quatro milénios de história, a geopolítica da China foi de orientação continental, centrada numa cultura fechada, na religião, na língua dominante (mandarim) e num imperial sistema burocrático. Esta é a cultura que alimentou o alto grau de etnocentrismo da China e o seu sentido profundamente enraizado de superioridade racial”.

Por sua vez, Geoffrey Till⁸ considera que “o mar do sul da China foi importante como rota para o comércio da China com a Índia, o Golfo, o Médio Oriente e eventualmente a Europa.”, enquanto Kaplan⁹ diz que “ele é tão central para a Ásia como o mediterrâneo é para a Europa”.

É esta centralidade, que a par dos enormes recursos minerais e piscícolas ali existentes explica boa parte dos confrontos políticos (pontualmente conflitos militares) que na região envolvem a RPC, o Vietname e as Filipinas, além de outros países ribeirinhos.

Esta situação, de quase permanente confronto, não tem no entanto inviabilizado a crescente integração económica e a cooperação financeira, que geram interdependência entre os diferentes atores e reforçam a segurança na região.

Recentes iniciativas das autoridades Chinesas, como o Banco Asiático de Investimento em Infra-estruturas, o Fundo de Contingência de Riscos Cambiais e o Silk Road Fund, que há-de ajudar a financiar os projectos “Silk Road Economic Belt e o 21st. Century Maritime Silk Road Initiative, conhecidos como One Belt, One Road, podem ajudar a construir um cordão sanitário de segurança no Sudeste Asiático que, estendendo-se por todo ao mar do sul da China, contribuirá para que esta região seja um espaço de segurança, no contexto de um espaço económico sólido e alargado, patrocinado pela República Popular da China que será a grande beneficiária.

⁷ COHEN, Saul Bernard- *Geopolitics: The Geography of International Relations*, Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc. 2015:273.

⁸ TILL, Geoffrey- *The South China Sea dispute: An international history*. In Sam Bateman and Ralf Emmers, Ed..-*Security and International Politics in the South China Sea: Towards a cooperative management regime* (2008:27).

⁹ KAPLAN, Robert D. – *Asia’s Cauldron: The South China Sea And The End of A Stable Pacific*. Rand House. (2014:41).